



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002756-45.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **ALEXANDRE BORGES DE ALMEIDA**
 Requerido: **FIXCENTER COMÉRCIO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido telefone celular fabricado pela segunda ré, o qual no prazo de garantia apresentou vício de funcionamento.

Alegou ainda que o encaminhou à primeira ré para a devida reparação, mas depois de recebê-lo percebeu que ele permanecia com o mesmo problema de origem.

Como a questão não foi resolvida, almeja à condenação das rés à substituição do produto e à reparação dos danos morais que suportou.

A preliminar arguida em contestação pela segunda ré não merece acolhimento porque o processo é claramente útil e necessário para que o autor atinja a finalidade que deseja.

Aliás, a formulação da peça de resistência por parte da segunda ré evidencia sua contraposição à pretensão deduzida, de sorte que rejeito a prejudicial suscitada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, sustenta o autor a existência de vício de fabricação em produto que adquiriu e que não foi sanado no trintídio.

Levando em consideração que nesta sede a realização de perícia é inviável, bem como a natureza da matéria posta a análise, foi determinada a expedição de mandado de constatação para verificar-se a situação do aparelho em apreço.

A certidão de fl. 109 foi expressa no sentido de que o produto não apresentou qualquer anormalidade e aparentemente funcionava regularmente.

Mesmo com a ressalva do Oficial de Justiça encarregado da diligência de não ser técnico em eletrônica ou telefonia celular, ele consignou que o aparelho é semelhante àquele que utiliza, o que viabiliza natural familiaridade a seu propósito.

As teclas "menu" e "voltar" foram acionadas diversas vezes em conjunto com os aplicativos instalados e não se positivou nada de anormal.

Esse elemento de convicção não foi contrariado por outro que lançasse dúvida sobre seu conteúdo ou indicasse a existência do vício apontado pelo autor.

O quadro delineado denota que o pleito exordial não pode vingar à míngua de lastro minimamente sólido que respaldasse as alegações do autor.

A substituição do produto trazido à colação não se justifica e em consequência não se cogita de reparação por dano moral supostamente sofrido pelo autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**